

L E I nrº 222

de

26 Abril 1974

177

Cria o Distrito Industrial do Município e estabelece vantagens e condições para a instalação ou ampliação de indústrias já existentes e dá providências correlatas.

O Prefeito Municipal de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo, de acordo com o que foi decretado pela Câmara Municipal, em sessão ordinária de dia 22 (vinte e dois) de corrente mês, promulga a presente Lei.

ARTIGO 1º: - Fica Criado no município de Américo Brasiliense, o Distrito Industrial, em área que será escolhida pelo planejamento Desenvolvimento Integrado (P.D.D.I) da Prefeitura, pertencente à Municipalidade ou mediante desapropriação amigável ou judicial.

Parágrafo único: A Área de que trata a presente artigo será definida por decreto de execução, após estudos da competência da Seção de Engenharia.

ARTIGO 2º: - Fica criado na estrutura do Gabinete do Prefeito, o Conselho Permanente para as Indústrias (C.P.I) - constituído de cinco (5) membros, de notória capacidade no campo da atividade industrial, nomeados pelo Prefeito, com vidas para os cofres públicos.

Parágrafo 1º - O C.P.I. terá como finalidade e competência:

- I- Promover e orientar o desenvolvimento industrial do município;
- II- Estabelecer contactos e entendimentos com empresas interessadas, oferecendo-lhes as vantagens e condições nos termos desta Lei;
- III- Oferecer relatórios contendo parecer conclusivo sobre instalação de novas indústrias ou ampliação das existentes, aprovadas pelas respectivas planas de acordo com os interesses sociais, administrativos e determinações da presente Lei.

Parágrafo 2º: A estrutura e o funcionamento do C.P.I. será estabelecida em decreto de execução, obedecidas as linhas essenciais contidas no parágrafo anterior.

ARTIGO 3º: - Fica o Prefeito Municipal, visando a instalação ou a ampliação de indústrias, autorizado a doar, vender ou permitir áreas de terrens, localizadas no Distrito Industrial criado no município nos termos do artigo 1º - desta Lei, através de manifestação favorável de C.P.I. que

quanto o tamanho e localização e principalmente quanto a quem, propriedade, parte, capital social registrado e demais elementos apresentados pelas firmas interessadas, através de litigação regular.

ARTIGO 4º: - O valor das áreas para as alienações de que o antigo anterior não poderá ser inferior ao preço da desapropriação e no caso de áreas pertencentes à Municipalidade, o valor venal de imóvel urbano ou o fixado pelo IPHAN, se agricola.

ARTIGO 5º: - As condições, encargos e a classificação retrocessão constarão de instrumento de alienação da área, ouvida o Conselho Permanente para Indústrias (C.P.I.) e aprovação do senhor Prefeito Municipal.

ARTIGO 6º: - Fica com adida às indústrias que se instalarem no município ou se transferirem as já existentes, para o Distrito Industrial, a isenção de impostos municipais, inclusive as taxas decorrentes da aprovação do projeto de construção.

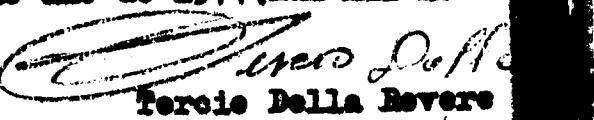
ARTIGO 7º: - A título de incentivo, o Município equipará o Distrito Industrial com vias de acesso, água, esgoto, energia elétrica, assim como, se necessário, prestará com as máquinas da Prefeitura, os serviços de terraplanagem nos locais das construções, dentro das suas disponibilidades financeiras e orçamentárias.

ARTIGO 8º: - Para cobrir as despesas com a execução da Presente Lei, no corrente exercício, fica aberto um crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (Treis mil cruzados).

ARTIGO 9º: - Os orçamentos futuros consignarão verba para atender as despesas desta Lei.

ARTIGO 10º: - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário e especialmente a Lei número 19, datada de 2 de Fevereiro do ano de 1968.

Prefeitura Municipal de Águas Brasiliense, aos 26(vinte e seis) dias de mês de abril de ano de 1974 (Três mil novecentos e setenta e quatro)


Tercio Dalla Rovere
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal, data supra


Manoel Marcelli
Secretário

Registrada às folhas 177/178 de libro competente nº de 18
na mesma data supra.